TABELA 3 MARGEM ORÇAMENTÁRIA				VALORES EM REAIS	
ESPECIFICAÇÃO		VALOR TOTAL	RECURSOS DO TESOUREIRO E VINCULADOS	RECURSOS PRÓPRIOS	
LEI	ART PAR INC ITEM				
10151	7 UN. 3	640.000,00	640.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		640.000,00	640.000,00	0,00	

DECRETO Nº 44.484, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do Município de Barra Bonita, de imóvel que especifica

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do Município de Barra Bonita, de imóvel consistente de terreno com área de 6.120,00m² (seis mil, cento e vinte metros quadrados), correspondente ao Lote Único, da Quadra 11, da Planta Geral daquela cidade, situado entre as Ruas Martha Maria, Prudente de Moraes e Avenida Pedro Ometto.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere este decreto será destinado à implantação de um centro de lazer voltado à comunidade, onde serão promovidos eventos culturais e esportivos.

Artigo 2º - A permissão de uso será formalizada mediante termo a ser lavrado pela Procuradoria Geral do Estado, do qual constarão as condições estabelecidas pela permitente.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 1999

MÁRIO COVAS

Celino Cardoso

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 1999.

DECRETO Nº 44.485, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Dá nova redação ao artigo 49 do Decreto nº 9.543, de 1º de março de 1977, que reestrutura o Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados da Administração Pública Estadual e dá providência correlata

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - O artigo 49 do Decreto nº 9.543, de 1º de março de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 49 - Somente veículos de prestação de serviço poderão ser locados em caráter não eventual.

§ 1º - Excepcionalmente, por expressa autorização do Secretário do Governo e Gestão Estratégica, mediante exposição de motivos devidamente justificada, poderão, ainda, ser locados veículos integrantes dos Grupos "A" e "B", em caráter não eventual.

§ 2º - Ficam expressamente vedadas as locações de veículos, de que trata este artigo, desde que representem ampliação da frota fixada."

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o inciso IV do artigo 1º do Decreto nº 41.108, de 22 de agosto de 1996.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 1999

MÁRIO COVAS

João Carlos de Souza Meirelles

Secretário de Agricultura e Abastecimento

José Anibal Peres de Pontes

Secretário da Ciência, Tecnologia

e Desenvolvimento Econômico

Marcos Ribeiro de Mendonça

Secretário da Cultura

Teresa Roserley Neubauer da Silva

Secretária da Educação

Mauro Guilherme Jardim Arce

Secretário de Energia

Marcos Arbaitman

Secretário de Esportes e Turismo

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Francisco Prado de Oliveira Ribeiro

Secretário da Habitação

Michael Paul Zeitlin

Secretário dos Transportes

Belisário dos Santos Junior

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

José Ricardo Alvarenga Tripoli

Secretário do Meio Ambiente

Edson Ortega Marques

Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

André Franco Montoro Filho

Secretário de Economia e Planejamento

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

Marco Vinício Petrelluzzi

Secretário da Segurança Pública

João Benedito de Azevedo Marques

Secretário da Administração Penitenciária

Miguel Carlos Fontoura da Silva Kozma

Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Walter Barrelli

Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

Antonio Carlos de Mendes Thame

Secretário de Recursos Hídricos,

Saneamento e Obras

Celino Cardoso

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 1999.

DECRETO Nº 44.486, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 40.248, de 1º de agosto de 1995, que fixa as frotas de veículos das unidades orçamentárias da Secretaria do Meio Ambiente

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos adiante enumerados do Decreto nº 40.248, de 1º de agosto de 1995:

I - o artigo 2º;

"Artigo 2º - A frota de veículos da Administração Superior da Secretaria e da Sede fica fixada nas seguintes quantidades:

I - Grupo "A" - 1 (um) veículo;

II - Grupo "B" - 2 (dois) veículos;

III - Grupo "S-1" - 10 (dez) veículos;

IV - Grupo "S-2" - 10 (dez) veículos;

V - Grupo "S-4" - 1 (um) veículo;"

II - o artigo 3º;

"Artigo 3º - A frota de veículos da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais fica fixada nas seguintes quantidades:

I - Grupo "S-1" - 50 (cinquenta) veículos;

II - Grupo "S-2" - 53 (cinquenta e três) veículos;

III - Grupo "S-3" - 1 (um) veículo;

IV - Grupo "S-4" - 265 (duzentos e sessenta e cinco) veículos;"

III - o artigo 4º;

"Artigo 4º - A frota de veículos da Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental fica fixada nas seguintes quantidades:

I - Grupo "S-1" - 14 (quatorze) veículos;

II - Grupo "S-2" - 117 (cento e dezessete) veículos;

III - Grupo "S-3" - 35 (trinta e cinco) veículos;

IV - Grupo "S-4" - 39 (trinta e nove) veículos;"

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 42.042, de 4 de agosto de 1997.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 1999

MÁRIO COVAS

José Ricardo Alvarenga Tripoli

Secretário do Meio Ambiente

Celino Cardoso

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 1999.

DECRETO Nº 44.487, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Fixa o número-limite de Bolsas de Estudo dos Médicos Residentes

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - O número-limite de Bolsas de Estudo dos Médicos Residentes, a que alude o inciso III do artigo 2º do Decreto nº 28.495, de 15 de junho de 1988, fica fixado em 4.253 (quatro mil, duzentas e cinquenta e três), para o exercício de 2000.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão atendidas pelas dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 1999

MÁRIO COVAS

José da Silva Guedes

Secretário da Saúde

Celino Cardoso

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 1999.

DECRETO Nº 44.488, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Institui a Medalha do Cinquentenário do Policiamento Florestal e de Mananciais e dá providências correlatas

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituída a Medalha do Cinquentenário do Policiamento Florestal e de Mananciais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o objetivo de galardoar personalidades civis e militares e instituições públicas e privadas, por seus méritos pessoais, e que tenham contribuído para o maior brilho do Policiamento Florestal e de Mananciais ou, de algum modo, prestado relevantes serviços ao Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A medalha é de bronze dourado, de forma oval, com 35mm (trinta e cinco milímetros) de diâmetro maior e 30mm (trinta milímetros) de diâmetro menor, trazendo, no anverso, o contorno geográfico estilizado do Estado de São Paulo, com uma representação da natureza, salientando-se a figura da onça pintada, de uma gaivota, de um rio e de trecho de mar, acompanhado, na parte inferior, de pequeno disco, carregado de duas pistolas passadas em aspa, de onde partem dois ramos de louro, em diadema, terminando, no alto, em uma estrela de cinco pontas e no reverso, no campo, o Brasão de Armas do Estado de São Paulo, circundado pelos dizeres "POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO", em caracteres versais e será usada do lado esquerdo do peito, pendente de fita com 32 mm (trinta e dois milímetros) de largura, com cinco listas de igual largura, sendo a central verde, ladeada de amarela e azuis.

§ 1º - Acompanharão a medalha a miniatura, a barreta, a roseta e o respectivo diploma.

§ 2º - O diploma terá as características e dizeres a serem estabelecidos pela Comissão a que se refere o artigo 3º deste decreto.

Artigo 3º - A medalha será outorgada pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, mediante proposta de Comissão integrada pelo Comandante do Policiamento Florestal e de Mananciais, que será seu Presidente, e mais quatro membros, por este escolhidos, dos quais três, obrigatoriamente, Oficiais do Comando de Policiamento Florestal e de Mananciais.

§ 1º - A Comissão se reunirá tantas vezes quantas se fizerem necessárias, por convocação de seu Presidente.

§ 2º - A aprovação da indicação das personalidades e instituições a serem agraciadas dependerá do voto da maioria absoluta dos membros da Comissão.

§ 3º - A medalha poderá ser concedida a título póstumo.

Artigo 4º - Perderá o direito ao uso da condecoração, bem como a ela não fará jus, aquele que tenha sido condenado à pena privativa de liberdade ou praticado qualquer ato contrário à dignidade ou ao espírito da honraria.

Artigo 5º - Publicado o ato concessório da honraria, a Comissão de que trata o artigo 3º deste decreto, providenciará a lavratura do diploma respectivo, que será assinado pelo Comandante do Policiamento Florestal e de Mananciais.

Artigo 6º - A entrega das medalhas será feita, preferencialmente, em solenidade pública, e na presença do Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Artigo 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 1999

MÁRIO COVAS

Marco Vinício Petrelluzzi

Secretário da Segurança Pública

Celino Cardoso

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 6 de dezembro de 1999.

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS DE 6-12-99

Dispensando Osmar Silveira Franco, RG 3.213.395, da função de membro suplente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Condeca, como representante da Secretaria da Cultura.

Designando, com fundamento no § 1º do art. 3º da Lei 8.074-92, alterado pela Lei 8.489-93, e nos termos do § 1º do art. 4º do Dec. 39.059-99, Elizabeth Aparecida Lopes, RG 11.159.878-3, para integrar, como membro suplente e na qualidade de representante da Secretaria da Cultura, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Condeca, em complementação ao mandato de Osmar Silveira Franco.

Dispensando, a pedido, Maria Julita Guerra Ferreira, RG 5.304.868, da função de membro suplente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, na qualidade de representante da Secretaria de Energia.

Designando, nos termos do art. 116 do Dec. 30.555-89, com redação alterada pelos Decs. 34.644-92, 35.913-92, e 37.522-93, Gilberto Alves da Silva, RG 7.155.057, para integrar, como membro suplente e na qualidade de representante da Secretaria de Energia, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, em complementação ao mandato de Maria Julita Guerra Ferreira.

Dispensando, a pedido, Miguel Calderero Giacomini e Wilson Alves dos Santos das funções de, respectivamente, membros titular e suplente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, como representantes da Secretaria da Habitação.

Designando, nos termos do art. 116 do Dec. 30.555-89, com redação alterada pelos Decs. 34.644-92, 35.913-92 e 37.522-93, Miguel Del Busso, RG 3.882.321-4, e Marcelo Antônio Nogueira Prado, RG 9.576.490, para integrarem, respectivamente como membros titular e suplente e na qualidade de representantes da Secretaria da Habitação, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, em complementação aos mandatos de Miguel Calderero Giacomini e Wilson Alves dos Santos.

Designando, com fundamento no § 1º do art. 3º da LC 815-96, José Aurélio Brentari, RG 3.767.632, para integrar, como suplente e em substituição a José Vitor Soalheiro Couto, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, na qualidade de representante do Estado, indicado pela Secretaria dos Transportes, para o campo funcional - transporte regional de carga.

Designando, com fundamento nos §§ 1º e 3º do art. 3º da LC 815-96, em recondução, Rivaldo Gonçalves Otero, RG 2.204.126-6 e José Carlos Maurício Hoffmann, RG 4.386.689-X, para integrarem, respectivamente como titular e suplente, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista - Condesp, na qualidade de representantes do Estado, indicados pela Secretaria de Economia e Planejamento, para o campo funcional - desenvolvimento econômico.

Designando, com fundamento no art. 7º da Lei 7.964-92, alterado pela Lei 9.510-97, os adiante relacionados para integrarem, como membros, o Conselho de Orientação do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca, sob a Presidência do Secretário de Agricultura e Abastecimento:

Ricardo Pereira Lima Carvalho, RG 2.716.456-1, como representante da Assessoria Técnica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

Carmelo Grisi Júnior, RG 2.827.490, como representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

Simião Gonçalves, RG 3.519.986, em recondução como representante da Secretaria da Fazenda;

Eduardo Pires Castanho Filho, RG 3.747.218, em recondução como representante da Secretaria de Economia e Planejamento;

Ayrton Furiani Girão, RG 1.546.020-4, em recondução como representante da Nossa Caixa - Nosso

Banco S.A., instituição financeira administradora do Fundo;

João Leonel dos Anjos, RG 9.207.898, como representante da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;

José Osvaldo Junqueira Franco, RG 3.191.991, em recondução e João Abrão Filho, RG 13.768.058, como representantes da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - Faesp;

Waldomiro Cordeiro, RG 7.180.032, em recondução e Lourival Antonio, RG 13.230.674, como representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo - Fetaesp;

José Zico Prado, RG 5.072.574, Deputado Estadual, membro da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Nomeando, com fundamento no § 1º do art. 16 da Lei 10.207-99, Tânia Marcia Oliveira de Andrade, RG 5.416.099-0, como Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp, para um mandato de 2 anos.

Nomeando, nos termos do art. 35 do Estatuto da Faculdade de Engenharia Química de Lorena - Faenquil, aprovado pelo Dec. 39.702-94, com as alterações introduzidas pelo Dec. 42.657-97, Messias Borges Silva e Silvío Silvério da Silva para exercerem, pelo prazo de 4 anos, a partir de 23-12-99, as funções de, respectivamente, Diretor Geral e Vice-Diretor da aludida Entidade.

Dispensando, Ana Regina Noto da função de membro do Conselho Estadual de Entorpecentes - Conen, na qualidade de representante da comunidade acadêmico-científica.

Designando, nos termos do art. 3º do Dec. 25.367-86, com a redação dada pelos Decs. 27.661-87, 28.753-88, e 43.194-98, as adiante relacionadas para integrarem, como membros, o Conselho Estadual de Entorpecentes - Conen, na qualidade de representantes da comunidade acadêmico-científica:

Solange Aparecida Nappo, em complementação ao mandato de Ana Regina Noto; Ana Cecilia Petta Roselli Marques, com término de mandato igual ao dos seus atuais integrantes.

APOSTILA DO GOVERNADOR, DE 6-12-99

No decreto publicado em 3-8-99, referente à designação de membros para integrar o Conselho Estadual de Entorpecentes - Conen, para declarar que os nomes corretos dos representantes do Conselho Regional de Psicologia e da sociedade civil são, respectivamente, Luís Carlos de Araújo Lima e Celi Denise Cavallari.

DESPACHOS DO GOVERNADOR, DE 6-12-99

No processo GG 606-99, sobre convênio: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o parecer 1196-99, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado, por intermédio da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica e a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades - Sutaco, objetivando a utilização de espaço no Palácio Boa Vista, situado no Município de Campos do Jordão, para a instalação de exposição permanente de peças do artesanato paulista, com intuito de comercializá-las, obedecendo a recomendação contida no aludido parecer e as normas legais regulamentares pertinentes."

No processo SE-1.436-99, sobre convênio: "Diante dos elementos de instrução destes autos, especialmente da representação da Secretária da Educação e do parecer 1127-99, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado, por intermédio da Secretaria da Educação, e a AMA - Associação de Amigos do Autista, objetivando a conjugação de esforços para desenvolvimento de programas de amparo e integração social da criança autista, nos moldes propostos, observada a recomendação assinalada no item 10 do aludido parecer e as normas legais e regulamentares pertinentes."

No processo Fussesep-94-99, sobre convênio: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos e nos termos do parecer 1161-99, da AJG, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica/Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - Fussesep, e o Município de Santa Albertina, pelo Fundo Social de Solidariedade do Município, tendo como objeto a implantação do Projeto "Broto Verde", nos moldes propostos pelos partícipes, desde que observadas as recomendações assinaladas no aludido parecer e as normas legais e regulamentares referentes à matéria."

No processo Fussesep-91-99, sobre convênio: "À vista dos elementos de instrução destes autos, notadamente da Exposição de Motivos da Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e do parecer 1139-99, da AJG, aditado pela Chefia do órgão, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo, pelo Fussesep, e o Município de Riolândia, este por seu respectivo Fundo Social de Solidariedade, objetivando a transferência de recursos financeiros e materiais para a implantação do "Projeto Girassol", de ações integradas voltadas aos interesses e necessidades do segmento infanto-juvenil, naquela Municipalidade, nos termos propostos neste expediente, observadas as recomendações da Assessoria Jurídica do Governo e obedecidas as normas legais e regulamentares pertinentes à espécie."

No processo SE-222-97 c/ ap. SE-538-98, sobre despesa pública: "À vista dos elementos de instrução existentes nos autos, notadamente das manifestações produzidas no âmbito da Secretaria da Educação e do parecer 1137-99, da AJG, com fundamento no princípio de direito que proscreve o enriquecimento sem causa e nas dispos